TL 5398

Exmº. Senhor
Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação
Dr.Luís Amado
Ministério dos Negócios Estrangeiros
Largo do Rilvas
Lisboa

N. Ref. DIR02/2000

Lisboa, 7 de Fevereiro de 2000

Exmº. Senhor Secretário de Estado

Em 3 de de Setembro de 1998 o CIDAC escreveu a V. Exª. solicitando a atenção para a "necessidade de passar a considerar Timor-Leste no âmbito da estratégia de Cooperação para o Desenvolvimento do Estado português". Decorridos um ano e meio e muitas mudanças, vimos hoje colocar à consideração de V. Exª. um conjunto de preocupações muito sérias e algumas questões que, a nosso ver, justificam reflexão e acção concertadas.

Por várias razões evidentes que nos dispensamos de enunciar, a capacidade portuguesa de cooperação com Timor-Leste é um teste decisivo à seriedade com que o país é capaz de pôr em prática a solidariedade dos cidadãos e a vontade política expessa por todas as forças políticas e pelo governo. O falhanço deste desígnio terá consequências muito marcantes tanto do ponto de vista interno, como externo.

O que nos determina a escrever-lhe, senhor Secretário de Estado, é a consciência da contradição que existe entre o notório esforço de qualificação da Cooperação portuguesa que V. Exª empreendeu e o desastre que a cooperação com Timor-Leste se arrisca a fazer deflagrar. Estamos convencidos de que não há duas oportunidades, nos próximos anos, para mudar a Cooperação nacional. Sabemos que as resistências e as incompreensões são muitas, mas a necessidade de mudança é imperiosa. No entanto, só valerá a pena lutar por ela se não se deixarem em aberto flancos essenciais.

As notícias e declarações oficiais que a comunicação social tem reproduzido nas últimas duas ou três semanas sobre a cooperação com Timor-Leste são absolutamente lamentáveis. Imaginamos que para os responsáveis políticos imersos neste universo elas apenas possam representar deixas ou actos de uma peça que cada um tenta escrever. Mas para a opinião pública elas são a prova de todas as nossas incapacidades, a certeza do desnorte completo das instituições que fazem cooperação, o descrédito da política do sector. Para além da visibilidade das guerrilhas intestinas, não se vislumbram estratégia, prioridades, acções concertadas e de qualidade. Para quem, como o CIDAC, acompanhou

de perto a elaboração de um plano de intervenção interministerial para Timor-Leste, a tristeza é mesmo muito grande. E a dúvida de que os estragos possam ainda vir a ser reparados, ainda maior.

Senhor Secretário de Estado, a cooperação com Timor-Leste impõe à parte portuguesa um desafio inédito, quer pela dimensão, quer pela responsabilidade do que nos é solicitado, quer ainda pelo contexto político específico, pelo enorme desconhecimento que temos da sociedade timorense, pelas expectativas geradas e pelas promessas assumidas. E cremos que não basta mudar pessoas ou estruturas. Estão em causa a credibilidade da cooperação e do diálogo mantido com os responsáveis timorenses, assim como a resposta aos sentimentos profundos de solidariedade do povo português.

Neste momento era necessário que quem de direito desse à opinião pública uma ideia clara e coerente da estratégia de cooperação com Timor-Leste, abordando no mínimo estes aspectos:
- do ponto de vista institucional, quem detém a responsabilidade da cooperação com Timor-Leste aos vários níveis (concepção, programação, execução, avaliação)? Quais são as estruturas específicas existentes (em Lisboa, em Díli) e qual o relacionamento entre elas? Qual é e deve ser o relacionamento entre os vários actores da cooperação (estruturas específicas e ministérios, comissões interministeriais, outros organismos do Estado ou com autonomia, organizações da sociedade civil)?
- se há uma concepção, qual a estratégia para a fase de transição e para a fase seguinte? Quais as prioridades e como assegurá-las durante a presente fase?
- qual o orçamento real e como vai ser repartido? Que critérios presidirão às escolhas a fazer? Quem paga o quê (Portugal, as organizações internacionais...)?
- que opções tomar face ao contexto multilateral em que se insere a cooperação com Timor-Leste e às capacidades de concertação que impõe, à complexidade de que se reveste a situação política e no terreno, ao desconhecimento da sociedade timorense e das suas múltiplas expressões e mutações recentes, à exigência quantitativa e, simultaneamente, qualitativa que nos é colocada, ao esforço logístico indispensável?

Da resposta a este desafio dependerá quase totalmente a cooperação portuguesa do futuro. Mas, por outro lado, ele não poderá abafar os compromissos assumidos com outros povos e governos que, eles também, são portadores de cada vez maiores exigências em matéria de conhecimentos específicos, de práticas inovadoras e de empenhamento político e institucional. O orçamento para 2000 será disso um espelho, assim como as reformas anunciadas do sistema da cooperação e a sua operacionalidade.

Aproveitamos a oportunidade para juntar uma reflexão elaborada há cerca de ano e meio, a pedido do CNRT (aquando da realização do primeiro encontro de quadros para concepção do plano estratégico de desenvolvimento) e cópia de uma intervenção pronunciada recentemente, a título individual, na Comissão parlamentar de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste.

Agradecendo a atenção, que estamos certos, V. Exª. prestará a esta matéria,
apresentamos os melhores cumprimentos

Luísa Teotónio Pereira
(Presidente do Conselho Directivo)